

A POLÍTICA DO MESTRE GRAÇA: ENSAIO SOBRE SEUS RELATÓRIOS DE GESTÃO À LUZ DO DIREITO ADMINISTRATIVO

THE POLITIC GRACE'S MASTER: ESSAY ON HIS MANAGEMENT REPORTS IN LIGHT OF ADMINISTRATIVE LAW

LETÍCIA FERRER DE ALMEIDA MACIEIRA¹

MARIA CLARA ALÉCIO RODRIGUES²

Resumo: Em pleno decorrer da República Velha brasileira, Palmeira dos Índios, estado de Alagoas, era um município onde a lei era frouxa e subserviente aos mandos dos coronéis. Foi nessa cidade que Graciliano Ramos deu mostras de sua verve literária ao relatar, com transparência e estilo, aspectos de sua exigente gestão pública. Como gestor, sempre cultivou o costume de redigir relatórios nos quais dava publicidade às atividades que exercia, prestando contas dos recursos públicos e tornando transparentes suas condutas. Usando linguagem clara, por vezes irônica e sarcástica, produziu uma verdadeira lição de transparência, ao administrar o município. O mestre Graça tinha um estilo peculiar ao descrever as atividades da prefeitura que geria, incorporando elementos do jornalismo e da literatura, reforçando o quão avançado era seu pensamento para a época. Como prefeito, a ética e a impessoalidade eram valores inegociáveis. Apesar da ínfima receita pública municipal, tornou sua administração pública um marco para o direito administrativo. Pretende-se analisar como Graciliano humanizou o direito ao transformar suas atividades administrativas em grandes narrativas sem mascarar a realidade. Afinal, transformou a mais árida política em literatura por ter utilizado a linguagem metafórica para descrever as mazelas da gestão pública.

Palavras-chave: Relatórios; gestão; literatura.

Abstract: During the course of the Old Republic of Brazil, Palm of the Indians, state of Alagoas, was a municipality where the law was loose and subservient to the command of the colonels. It was in this city that Graciliano Ramos showed his

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9419879202430031>>. E-mail: <leticiaferrermacieira@gmail.com>

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9221372346143395>> E-mail: <claraalecio@live.com>

literary verve by reporting, with transparency and style, aspects of his demanding public management. As a manager, he always cultivated the habit of drafting reports in which he publicized his activities, rendering accounts of public resources and making his conduct transparent. Using clear, sometimes ironic and sarcastic language, it produced a real lesson in transparency when managing the municipality. The Master Grace had a peculiar style in describing the activities of the city hall that he managed, incorporating elements of journalism and literature, reinforcing how advanced his thought was for the time. As mayor, ethics and impersonality were non-negotiable values. Despite the meager municipal public revenue, it made its public administration a landmark for administrative law. It is intended to analyze how Graciliano humanized the right to transform his administrative activities into great narratives without masking reality. After all, he turned the most arid policy into literature for using metaphorical language to describe the misery of public management.

KEYWORDS: Reports; management; literature.

1 INTRODUÇÃO

Graciliano Ramos foi um homem público que prestigiou valores democráticos e ideias sociais. Sua gestão em Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, serve de referência para os atuais administradores públicos brasileiros, pois era dotada de transparência, legitimidade e eficiência, apesar da ínfima receita pública municipal. Como prefeito, lutou pela não personificação da administração pública, contrariando muitos interesses enquanto exercia seu mandato.

Em um período histórico em que não existiam leis administrativas tão rígidas, Graciliano soube colocar em prática os princípios do regime-jurídico administrativo que hoje existem. Durante sua gestão, não havia esse conjunto de leis e doutrinas demasiadamente severas e as normas relativas ao funcionamento da Administração Pública eram esparsas. Mesmo assim, executou sua função com probidade e responsabilidade, não restando dúvidas de que sua gestão pública, que durou vinte e sete meses, ficou para a história. A impessoalidade, moralidade, transparência, economicidade e defesa intransigente do interesse público faziam parte da sua política. Essas características alcançaram considerável efetividade dos valores consagrados no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Isso reforça o quão avançada era a política do mestre Graça, que sessenta anos antes da Constituição de 1988 já atendia

plenamente às normas jurídicas atuais do direito administrativo, conforme o Estado Democrático de Direito.

Com essa perspectiva, pode-se compreender que o objetivo deste trabalho é fazer um estudo do modelo administrativo adotado por Graciliano sob a ótica da gestão pública, comparando-o ao direito administrativo da atualidade. Como prefeito, a ética e a impessoalidade eram valores inegociáveis. De posse desses valores, pôs fim à corrupção e ao clientelismo; desfez a lógica aristocrática de seus antecessores; direcionou a maior parte dos investimentos para áreas carentes. Apesar da parca receita pública municipal, tornou sua administração pública um marco para o direito administrativo.

Serão utilizados como aporte para este ensaio os relatórios da administração escritos pelo prefeito Graciliano Ramos, bem como a legislação existente e pesquisas sobre sua gestão. Sob esse enfoque, será averiguado o papel da literatura para a melhor aplicação da lei, tendo como modelo a contribuição de Graciliano Ramos à frente do governo municipal.

Como é notório, a administração pública atual continua seu voo negro em círculos altos, podendo-se comparar aos urubus por ele descritos em sua obra “Vidas Secas”. Com base nessa visão, busca-se elaborar um estudo dos seus relatos segundo princípios do direito administrativo contemporâneo. Pretende-se analisar como Graciliano, inspirado em suas obras, humanizou o direito ao transformar suas atividades administrativas em grandes narrativas sem mascarar a realidade. Afinal, transformou a mais árida política em literatura por ter utilizado a linguagem metafórica para descrever as mazelas da gerência pública.

2 BREVE COMPARAÇÃO HISTÓRICA ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

2.1 A República de Velhas práticas

É incontestável lembrar, antes de tudo, o contexto político-administrativo em que Palmeira dos Índios estava inserida, em 1928. Era um retrato fiel da realidade das pequenas cidades do interior do país, o domínio feito por velhas práticas patrimonialistas. Nesse sentido, de fato, a proclamação da República não alterou profundamente às estruturas socioeconômicas do Brasil imperial, pois a riqueza nacional

continuou concentrada na economia agrícola de exportação, baseada na monocultura e no latifúndio. O que se acentuou foi à transferência de seu centro dinâmico para a cafeicultura e a conseqüente mudança no polo dominante da política brasileira, que transitou das antigas elites cariocas e nordestinas para os grandes cafeicultores paulistas.

Assim, a República Federalista, com estados politicamente autônomos, consagrou um novo pacto político que acomodava os interesses das elites econômicas do Centro-Sul e do resto do país. O governo federal ocupava-se de assegurar a defesa e a estabilidade e proteger os interesses da agricultura exportadora através do câmbio e da política de estoques, com reduzida interferência nos assuntos “internos” dos demais estados. Neles, vicejavam os mandões locais, grandes proprietários de terra e senhores do voto de cabresto, e as grandes oligarquias, que controlavam as eleições e os governos estaduais e asseguravam as maiorias que apoiavam a governança federalista.

A política dos governadores garantia a alternância na presidência da República de representantes de São Paulo e Minas Gerais. Esse sistema era marcado pela instabilidade dos governos estaduais, que passíveis de serem derrubados eram substituídos em função da emergência de novas oligarquias. A República Velha durou cerca de 40 anos; uma vez que foi se tornando disfuncional ao Brasil que se transformava pela diversificação da economia, pelo primeiro ciclo de industrialização, pela urbanização e pela organização política das camadas urbanas. Novos conflitos de interesse dentro dos setores dominantes entre as classes sociais e entre as regiões punham em causa o pacto oligárquico, as eleições de bico de pena³ e a política do café-com-leite.⁴

2.2 A conjuntura atual e o legado de Graciliano Ramos

A narrativa precedente dá conta do processo de formação do Estado nacional, a partir de suas raízes, sendo elas: colonial, ao longo do Império (1882-89) e da chamada República Velha (1889-1930). Embora seja desse período a cristalização das principais características do Estado Brasileiro, apontadas anteriormente, observa-se que a própria diferenciação do aparelho de Estado e a criação de novas instituições fazem parte da dinâmica de instauração da modernidade. Estado e mercado, autônomos com relação à

³ Assim eram chamadas as eleições que então se realizavam, cujos resultados favoráveis às oligarquias dominantes eram ajustados nos mapas eleitorais, ao bico da pena.

⁴ A expressão refere-se à alternância na presidência da República de políticos originários de São Paulo, grande produtor de café, e de Minas Gerais, principal produtor de leite.

ordem do sagrado e à dominação patriarcal, cada vez mais separados entre si, constituem as bases da formação social moderna. Seu desenvolvimento, consideradas as características do contexto local, verifica-se no sentido da racionalização. A burocracia está no horizonte da administração pública que se consolida e atualiza. Se esse movimento se deu de forma lenta e superficial nos primeiros 100 anos de história do Brasil independente, ele vai encontrar seu ponto de inflexão e aceleração na Revolução de 1930. De fato, a partir desse marco e durante a maior parte do século XX, o Brasil empreendeu um continuado processo de modernização das estruturas e processos do aparelho de Estado.

De toda forma, Graciliano já se deparava com as dificuldades da implantação do modelo burocrático em terras brasileiras, onde o patrimonialismo sempre esteve presente no Estado e na sociedade. Nesse contexto, pode-se afirmar que o Estado criava uma burocracia, procurando incorporar pessoas da nova classe média urbana, que crescia quantitativamente na medida em que se ampliava a pressa em recuperar o tempo perdido, mas era um Estado que não resistia às pressões clientelísticas, e, para impor o seu poder de dominação, usava, sem medo, estratégias informais como: a criação de uma estrutura administrativa paralela ou de inúmeros cargos "extranumerários" para atender aos vertiginosos pedidos de emprego, repetindo práticas que vinham da fase em que predominava a forma de dominação tradicional. Transversalmente a este modelo, Ramos não tolerava qualquer acordo espúrio, era avesso a toda espécie de favoritismo. Neste sentido, cunhou umas das frases mais eloquentes do primeiro relatório: "Há quem não compreenda que um acto administrativo seja isento da ideia de lucro pessoal" (Ramos, 1984,p.165); e ainda afastou-se da tradição do nepotismo, chegando a afirmar que o dinheiro do povo estaria melhor aplicado em pedra, cal e cimento do que nas mãos de seus parentes.

Assim, ratifique-se que o grande mérito a ser atribuído a Graciliano Ramos, enquanto gestor público, não reside especificamente no fato de que ele procurava ser transparente, embora isso seja profundamente digno. Na verdade, o que este homem público tinha de único era seu estilo peculiar e vanguardista de administrar o interesse público, sem quaisquer ranços de um modelo patrimonialista que estava fortemente presente. Ademais, a grande contribuição dos relatórios não é exatamente o fato de

existirem, mas o conteúdo que o mesmo expôs à sociedade da época e o muito que ensina à sociedade hodierna.

Por sua vez, desde o surgimento do modelo burocrático até os dias atuais, houve uma redução significativa das práticas patrimonialistas, o que representa um decréscimo da corrupção e nepotismo, entretantes, seus resquícios não foram extirpados, e assim, casos de favorecimentos pessoais, desvios, apropriação indébita do dinheiro público ainda se fazem presentes e mancham a administração pública no Brasil. Por esses motivos, será demonstrada a importância do estudo da gestão do escritor para a atualidade, tendo esse demonstrado ser inovador⁵, característica perseguida pelo prefeito dentro de um contexto histórico caracterizado por limitações administrativas de todas as espécies.

3 UMA CANDIDATURA SANGRENTA

Como retratado anteriormente, durante o Brasil Império, os municípios não passavam de meras repartições territoriais, sem influência política e autonomia de gestão, já que sob a égide da Constituição de 1891, ainda eram apêndices dos Estados, pois não possuíam fontes de receita própria. Registra-se que os prefeitos eram nomeados ao sabor do governo estadual, preparados de antemão e falseados aos desejos do coronel. Nesta atmosfera de opressão e mandonismo foi que os municípios viveram por quatro décadas, sem progresso, sem autonomia, sem recursos.

Dentro deste ambiente, em outubro de 1927, a população da pequena Palmeira dos Índios, em Alagoas, elegeu um prefeito muito pudico, que não participou da campanha eleitoral, não fez promessas nem se envolveu em composições políticas para a escolha dos conselheiros municipais (vereadores), deixando evidente que não tinha amarras, tão pouco compromisso com ninguém. Seu nome era Graciliano Ramos, cuja perplexidade foi tamanha ao saber que queriam lançar sua candidatura, que depois de muito hesitar e reagir com impropérios, foi convencido por amigos de diferentes grupos políticos de que, por sua honradez, era o único nome de consenso. Conhecido pela sisudez, sua candidatura foi resultado de uma articulação política envolvendo os chefes locais. Fora

⁵ Exigência tão em voga nos tempos atuais por ser um dos corolários do modelo de administração gerencial. E o conceito de inovação, ou seja, a busca e adoção de melhorias em produtos, serviços e técnicas organizacionais, passa a ter um nível de complexidade diferenciado quando aplicado ao contexto das entidades públicas, especialmente devido às peculiaridades envolvidas na gestão do interesse público.

candidato único, eleito com 433 votos e desdenhara do processo eleitoral: “Assassinaram meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito naquele velho sistema de atas falsas, os defuntos votando.” (Moraes, 2012, p.61)

Palmeira vivia um período atribulado; o prefeito anterior, Lauro de Almeida Lima, fora assassinado a tiros um ano antes, após desentender-se com um fiscal de tributos que também morrera fuzilado pelo delegado de polícia local. O banho de sangue traumatizou a população da cidade.⁶ O novo prefeito, ao assumir seu mandato em janeiro de 1928, não se amedrontou e fez cumprir a lei, mesmo desgastando-se junto aos grupos políticos dominantes na região. Cobrava resultados dos auxiliares e não hesitava em substituir ocupantes de cargos de confiança que vacilassem, inclusive os que ele havia mantido a pedido de seus apoiadores na campanha eleitoral. Além disso, tomou atitudes raramente relatadas, como a de reduzir gastos e elaborar projetos para construir estradas e escolas. Enfrentou o trabalho com punho forte, mas não escondeu certo desânimo diante do caos administrativo encontrado na prefeitura pouco tempo depois de assumir o cargo, conforme escreveu em carta à futura esposa Heloísa, que nessa época ainda morava em Maceió:

Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho na cabeça uns parafusos de menos, mas não sou imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio. (Moraes, 2012,p.53).

Registra-se ainda que, em agosto de 1928, Graciliano criou um Código de Postura Municipal, que estabelecia uma série de normas dos cidadãos para dar fim ao caos urbano e à imundice que circundava a cidade. De fato, as medidas moralizadoras desagradaram a muitos cidadãos, em especial os das classes mais altas. O prefeito descontentava os poderosos, inclusive os correligionários, mas a arraiá miúda o adorava, pois colocou fim aos privilégios. Além do novo Código de Postura estabelecer novos parâmetros para a conservação da cidade, revisou todo o sistema tributário e fechou as brechas para sonegação. Colocou o serviço público a bem do público.

⁶ A expressão deve ser entendida no sentido literal, já que desde as primeiras eleições em Alagoas a violência, fraude, chacina são marcas desse estado. Além do mais, são sempre registradas nas notícias as disputas interoligárquicas e pela ausência de ações significativas da administração pública. (LOPES, Marcos. *O prefeito Graciliano Ramos e seus relatórios de gestão*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2016/03/12/O-prefeito-Graciliano-Ramos-e-seus-relat%C3%B3rios-de-gest%C3%A3o>. Acesso em: 27 set.2017.)

Em termos gerais, o prefeito escritor era receptivo às inovações da burocracia, como a separação entre espaços públicos e privados, despersonalização da administração pública e a prevalência de regras preestabelecidas em detrimento da vontade do gestor. Todavia, ele já tecia algumas críticas a vicissitudes do modelo burocrático, onde o patrimonialismo sempre esteve tão presente na vida do Estado e da sociedade.⁷

4 A GESTÃO DO “VELHO GRAÇA” À LUZ DA LITERATURA

Graciliano exerceu a política com ética, impessoalidade e transformou o que seriam relatórios burocráticos em peças literárias. Suas prestações de contas em nada reproduziam os enfadonhos documentos oficiais do gênero. Seu estilo paraliterário mudou a situação da política de Palmeira dos Índios, tornando-a menos árida a partir dos diálogos entre sua administração e a literatura. Empregando uma linguagem coloquial, envolvente, dotada de ironia e bom humor, elaborou seus relatórios. Mantendo sempre o desejo de ter as coisas em ordem, cuja concepção tinha a ver com transparência e eficiência, Graciliano não poderia supor a repercussão de sua ousadia estilística em uma corriqueira prestação de contas.

Além disso, conseguiu transcender as dicotomias do campo literário da época, escrevendo romances que são sociais e psicológicos ao mesmo tempo. A linguagem, instrumento primordial do jovem prefeito, encontra na literatura uma maneira mais diversa e livre, com isso, utiliza-a como ponto chave para a efetivação da publicidade de seus atos. A literatura pode assumir, assim, um importante papel na tentativa de examinar os diferentes usos da linguagem e a problematização da gerência pública,

⁷ Mesmo em relação ao contexto da administração pública atual, embora haja certo otimismo quanto à superação do modelo patrimonialista e da burocracia weberiana por uma “nova administração pública” (em inglês, *new public management*), muitas práticas e formalidades do rito burocrático têm resistido ao tempo e à modernização. De um ponto de vista teórico, é o que os estudiosos do fenômeno chamam de “falha sequencial” nas reformas administrativas do Estado, isto é, o relativo ou absoluto fracasso cíclico das tentativas de sanear, moralizar e racionalizar a administração pública, libertando-a de vícios e hábitos arraigados. Do ponto de vista prático, de quem trabalha ou trabalhou nas repartições públicas do governo, trata-se da permanência de instrumentos como o memorando, o relatório, o ofício; a juntada de documentos em processos às vezes gigantescos, mesmo que em formato digital; a organização das forças de trabalho em equipes hierarquizadas, confinadas em ambientes gélidos, muitas vezes inóspitos; as estações de trabalho informatizadas, que nada mais são que atualizações das antigas escrivadinhas, ou bureaus – tudo sugere mais a permanência que a superação dos procedimentos tradicionais, algo a que a literatura não teria se mostrado insensível. (RODRIGUES, Marco Antônio. *Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p.17.)

auxiliando tanto na construção de seus relatórios de gestão, como também sendo elemento privilegiado na compreensão da realidade.

O governo do escritor prefeito e a obra literária, de um modo geral, partem de um contexto problemático, isto é, enquanto a primeira surge dos fatos, a segunda aparece a partir do contexto ficcional. Essa reciprocidade permite que os atos administrativos assimilem características literárias, em especial a criatividade, a crítica e a inovação. Assim, permite-se um olhar renovado sobre o convencionalismo próprio da administração. Diante disso, a atuação de Graciliano foi marcada pela elaboração de dois relatórios anuais enviados ao governador de Alagoas – 1929 e 1930 – relatando o exercício do seu mandato. Eles eram peculiares devido à sua narrativa ser simples, honesta e às vezes cáustica, ao mesmo tempo, concisa e precisa ao descrever ações empreendidas na prefeitura.

Além de dominar a língua e a linguagem, ele era consciente de seu papel enquanto representante da sociedade. É evidente que a linguagem dos relatórios era menos técnica porque na prefeitura não existiam pessoas habilitadas profissionalmente para se utilizar de termos de contabilidade mais apurados. Acerca da relevância desses documentos, a professora Elizabeth Ramos ressaltou que:

Nos dois documentos, surpreendente o estilo de escrita do prefeito que, embora ciente da formalidade do instrumento, se expressa em tom conversacional, temperado com ironia e senso de humor, características geralmente não contempladas em relatos da administração pública. Surpreende, ainda, o tom de denúncia observado em várias de suas afirmações, afastando o signatário da mera posição de ator político, fazendo com que o leitor o reconheça, acima de tudo, como um prefeito que não se exime da condição de cidadão.

Por ser escritor e viver dentro do campo literário, o Velho Graça humanizou a política, e sua atuação transitava, além das palavras, pela empatia, coragem e determinação. Graças à sua cabeça está a léguas de distância das vaidades e do poder, tentou fazer com que as vidas existentes em Palmeira dos Índios fossem menos secas. Mesmo palpando em casas de marimbondos, sem escapar das ferroadas, sua firmeza foi colocada à prova e com obstinação pôs em prática a lei.

Cumpre-se observar ainda que, sob vários aspectos, podemos pensar a literatura como um “instrumento” da política, instrumento esse que utiliza os meios de comunicação para produzir resultados governamentais e sociais. Muitos escritores

tiveram suas obras censuradas por terem sido usadas como instrumento de denúncia administrativa, e em épocas de proibição da liberdade de expressão, o artifício literário pode ser usado para propagar certas mensagens e convocar os indivíduos à luta. Se, contudo, a literatura é uma forma plausível de representação do real, esta se distingue da política pelo seu discurso e pela forma de abordagem e compreensão factual da sociedade e da história. Na literatura, a realidade é criada ou recriada, inventada ou reinventada, imaginada e fantasiada através de metáforas, alegorias, linguagens simbólicas, mas nem por isso a literatura, neste caso, deixa de contribuir para desvendar aspectos das relações sociais e de poder.

Por meio da literatura somos levados a nos relacionar imaginariamente com o tangível histórico. Entretanto, enquanto a política ocupa-se do real, a “literatura política” ocupa-se com o possível. É visível perceber a relação entre a literatura e o governo na obra de Graciliano Ramos; isso pela forte inserção nos contextos sociopolíticos e econômicos, pela solidariedade com os oprimidos e pelo compromisso com o ideal da emancipação humana. O marco deste processo foi a Revolução Russa de 1917. Embora ainda não fosse comunista (só se filiaria ao Partido Comunista Brasileiro em agosto de 1945), Ramos logo simpatizou com ideias libertárias, numa reação às imposturas e desigualdades da época. Seus romances, contos e relatórios abordam a complexidade da vida social, e, não raro, denunciam as tramas da baixa política, as ambições de poder e as marginalizações daí decorrentes. Porém, para o autor de “Vidas secas”, a literatura não pode ser reduzida à ideologia, pois a especificidade do trabalho criativo se sobrepõe às exigências políticas imediatas e aos fervores partidários. A raiz da equação era entrelaçar arte e política, sem que uma subjugasse a outra.

5 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE 1929 E 1930

Nos relatórios, Graciliano Ramos descreve as despesas e as receitas, cita os descontentamentos e ameaças à sua gestão, e insiste veementemente que não favoreceu ninguém, contudo, demonstra profunda humildade com sua própria atuação. Destaca-se, então, o início do relatório de 1929 que enseja uma crítica à inobservância do governador à pacata cidade de Palmeira dos Índios:

Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis ao observador afastado, que

desconheça as condições em que o Município se achava, muito me custaram.

Cabe anotar que o prefeito, ao registrar o presente relatório, enfatiza que o documento não é marcado por formalismos rigorosos. Já antevê, assim, a necessidade da adoção de um dos princípios presentes nos dias atuais, que é o formalismo moderado. Ademais, esse quadro detalhado espelha a dramaticidade das escolhas diárias, feitas para atender a muitos com poucos recursos disponíveis, num afastamento constante da tão esperada eficiência da Administração Pública.⁸

Logo após, intitulado “Começos”, ele explica detalhadamente como encontrou a prefeitura e enfatiza a sua situação caótica:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogava.

Destaca as mudanças que fez no quadro de funcionários:

Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas.

Nota-se a ironia do prefeito ao dizer que os atuais funcionários não se enganavam em contas, pois ele não tolerava superfaturamentos a fim de benefícios próprios ou de outrem. Com isso, foi realizada uma reforma administrativa e uma limpeza de funcionários que não trabalhavam. A linguagem metafórica do Velho Graça é magistral para descrever as verdades esquecidas na gestão pública, a de que nada vem do acaso.

Ao decorrer da bela e irônica narrativa continua criticando o uso do dinheiro público e o nepotismo fortemente existente:

Convenho que o dinheiro do povo possa ser mais útil se estivesse nas mãos, ou nos bolsos, de outro menos incompetente do que eu. Em todo o caso, transformando-o em pedra, cal, cimento, etc, sempre procedo melhor que se o distribuísse com os meus parentes, que necessitam coitados.

⁸ Sobre o princípio da eficiência administrativa, este é considerado “sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público”. (Di Pietro, 2002).

Embora não tivesse experiência administrativa e dispusesse de apoio técnico, pagou os débitos que eram devidos pelo município e findou seu mandato sem deixar dívidas à gestão que lhe sucedeu. Demonstrou também sua marca de seriedade ao antecipar atitudes que só vieram a ser obrigatórias com a lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). Como gestor público, detinha iniciativa e realizava mudanças na sociedade, enfrentava novos desafios e retirou as condutas que retardavam a eficiência da Administração Pública.

A receita, orçada em 50:000\$000⁹, subiu, apesar de o ano ter sido péssimo, a 71:649\$290, que não foram sempre bem aplicados por dois motivos: porque não me gabo de empregar dinheiro com inteligência e porque fiz despesas que não faria se elas não estivessem determinadas no orçamento.

O trecho acima citado relata a receita e despesa sem grandes detalhes, por não fazer referência às obras, serviços e compras, porém, devido ao caráter transparente da prestação de contas de Graciliano, o Jornal de Alagoas, que circulou em 14 de Agosto de 1930, registrou o notável alcance dessa intendência límpida:

Com sua inteligência aguçada e pragmática, sentiu o ex-prefeito de Palmeira dos Índios que o melhor modo de fazer compreender como a prefeitura vem sendo dirigida (de acordo com os intuitos da Lei Orgânica) é publicar, embaixo do quadro da receita e despesa do bimestre, um outro quadro, tendo, ao lado da receita orçada para o exercício, a arrecadação do período em que o balancete foi publicado. Este sistema de publicar balancetes permite que a população saiba sempre o que se está fazendo e o que se pode fazer na administração de cada município.

Graciliano não abusou do poder que detinha, como não utilizou de sua vontade pessoal ao gerir o orçamento e só fazia o que era determinado em lei. E, por conta disso, “apesar do ano ter sido péssimo”, como bem mencionou o prefeito, a receita municipal aumentou, demonstrando que, mesmo quando há adversidades, a Administração Pública quando bem gerida, obtém bons resultados. Nota-se, com isso, o respeito e a obediência ao princípio da legalidade¹⁰ - princípio esse que norteia toda a Administração

⁹ “Nos anos da publicação dos Relatórios a moeda praticada era o Réis simbolizada por RS e \$\$, essa moeda já circulava no Brasil desde a época da colonização, quando veio a independência, em 1822. O Réis foi mantido como nossa unidade monetária, só mudou em 1º de novembro de 1942 com a criação do Cruzeiro (Cr\$)”. (CRUZ, Vera Lúcia *et al.* Uma análise das práticas de evidenciação contábil sob a ótica de Graciliano Ramos nos anos de 1928 e 1929. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 2, n. 6, p. 81-95, 2010).

¹⁰ “Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. Em decorrência disso, a Administração Pública, não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos

Pública. E, ao escrever sobre os gastos com a iluminação, conclui: a iluminação da cidade custou 8:921\$800. Se é muito, a culpa não é minha: é de quem fez o contrato com a empresa fornecedora de luz.

Audacioso e objetivo, o prefeito deixava à mostra todos os gastos, sejam eles feitos em seu mandato, ou, advindo da administração anterior. Nota-se, então, que o prefeito respeitava os princípios da impessoalidade e da continuidade¹¹, pois honrar os compromissos assumidos pelas gestões anteriores era natural para esse que não agia com liberalidade, como também, prestava contas de tudo que fora comprado, utilizado e construído:

Gastei com obras públicas 2:908\$350, que serviram para construir um muro no edifício da Prefeitura, aumentar e pintar o açougue público, arranjar outro açougue para gado miúdo, reparar as ruas esburacadas, desviar as águas que, em épocas de trovoadas, inundavam a cidade, melhorar o curral do matadouro e comprar ferramentas.

Apesar da pequena receita, por pensar e agir diferente, Graciliano era eficiente; optava pela relação de custo benefício e empregava o dinheiro público em saúde, limpeza urbana, melhoria do açougue e do matadouro, como em diversas medidas preventivas. Vale salientar que ele não era imediatista e, por isso, evitou danos à população a curto, médio e longo prazo. Com uma gestão que não tolerava fraudes, a retidão se fazia presente porque, ao exercer suas atividades, o prefeito, além de praticar, também exigia a boa-fé.¹²

A habitual publicação transparente dos gastos públicos propiciava que nenhuma prestação de contas ficasse às sombras. Percebe-se, no trecho abaixo, a honestidade e a lealdade na divulgação das conquistas e derrotas ocorridas durante seu mandato:

Houve 1:069\$700 de despesas eventuais: feitiço e conserto de medidas, materiais para aferição, placas. 724\$000 foram-se para uniformizar as medidas pertencentes ao Município. Os litros aqui tinham mil e quatrocentas gramas. Em algumas aldeias subiam, em outras desciam. Os negociantes de cal usavam caixões de querosene e caixões de sabão,

de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei.” (Di Pietro, 2002).

¹¹ “Por esse princípio entende-se que o serviço público, sendo a forma pela qual o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não pode parar.” (Di Pietro, 2002).

¹² “O princípio da boa-fé abrange um aspecto objetivo, que diz respeito à conduta leal, honesta, e um aspecto subjetivo, que diz respeito à crença do sujeito de que está agindo corretamente. Se a pessoa sabe que a atuação é ilegal, ela está agindo de má-fé.” (Di Pietro, 2002).

a que arrancavam tábuas, para enganar o comprador. Fui descaradamente roubado em compras de cal para os trabalhos públicos.

Outro aspecto dessa gestão, evidenciado no trecho a seguir, ressalta a primazia dada à educação, uma vez que o dispêndio com a escola de música era maior do que o dos funcionários da justiça e da polícia: A Filarmônica 16 de Setembro consumiu 1:990\$660 — ordenado de um mestre, aluguel de casa, material, luz. Os escrivãos do júri, do cível e da polícia, o delegado e os oficiais de justiça levaram 1:843\$31.

Nos tempos de Graciliano como gestor, gastava-se, proporcionalmente, muito mais com cultura. Atualmente, pareceria surreal o Estado gastar mais com uma escola de música do que com os funcionários da Justiça e da Polícia. Outro dado trazido nestes relatórios é o de que, além de gastar com a administração da justiça, o Poder Executivo também arcava com as despesas do Poder Legislativo.

A respeito da administração do município, o prefeito prestou contas de tudo, mantendo a transparência desde o dispêndio com os salários dos secretários até as aquisições de objetos necessários à secretaria. Esta gestão minuciosamente hialina é notada em todas as linhas escritas nos relatórios, assim como a coragem em denunciar danos ao erário cometidos pelos administradores anteriores. Nota-se no trecho abaixo que se gastava em coisas vãs, como no uso desnecessário dos telegramas que mais serviam para comunicar coisas fúteis da política.

A administração municipal absorveu 11:457\$497 — vencimento do prefeito, de dois secretários (um efetivo, outro aposentado), de dois fiscais, de um servente; impressão de recibos, publicações, assinatura de jornais, livros, objetos necessários à secretaria, telegramas. Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, força dos pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; comunicam-se as datas históricas ao governo do Estado, que não precisa disso; todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha — um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua — um telegrama; porque o deputado F. esticou a canela — um telegrama. Dispêndio inútil. Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós chorámos e que em 1556 D. Pedro Sardinha foi comido pelos caetés.

Vale ainda destacar que Graciliano denuncia outra prática bastante enraizada na Gestão Pública: há mais esforço e preocupação em divulgar a sociedade determinadas ações que propriamente em fazê-las, havendo situações em que se divulga algo que não se fez. Ao afirmar que “não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores,

que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela”, essa obsessão pela propaganda faz com que os entes públicos divulguem como suas, inclusive, situações que não lhes podem ser atribuídas. (Carvalho, 2017).

Como agente público, praticava o que sempre marcou tanto sua vida pessoal como a vida de escritor¹³: o despojamento. Enquanto gestor ele procurava agir de forma objetiva, dentro da realidade do orçamento do município, preocupando-se com o bem estar da população, quando, por exemplo, assegurou a limpeza pública, proporcionando assim a saúde da coletividade. Determinou a limpeza de ruas e logradouros públicos, onde proliferavam animais vadios, lixo acumulado, lama e detritos, também ordenou que todos os bichos encontrados nas ruas fossem mortos, e que fosse multado quem não obedecesse.

Em seu primeiro ano de gestão, Graciliano concentrou boa parte de suas ações em medidas preventivas e deixou claro sua preferência em evitar doenças ao invés de tratá-las. Assim como zelou da limpeza pública, ele executava obras eficientes e com qualidade, pois, para ele, uma obra não deveria ser feita às pressas e que, após a primeira chuva, já teria que ser refeita. De uma forma ou de outra, o Mestre Graça deixou exemplos de austeridade e preocupações a respeito do investimento do dinheiro público.

Com uma gestão que agradou a poucos, o primeiro relatório é concluído de forma contundente. O prefeito ensinou que deve-se procurar seguir sempre pelos caminhos mais curtos, com criatividade, inteligência e comprometimento, contudo, sempre com ética, responsabilidade e eficiência.

Ao final do segundo ano de comando, encaminhou outro relatório ao governador Álvaro Paes, com o mesmo apuro estilístico, ironia corrosiva e a exatidão informativa do primeiro. As finanças estavam saneadas e a arrecadação havia crescido 50%, mas se queixava da insuficiência de recursos para tocar determinadas obras, como a construção

¹³ Graciliano Ramos era bastante claro e conciso na forma de escrever, evitando adjetivações desnecessárias e qualquer superfluidade. Sobre isso, tornou célebre a passagem de seu livro *Linhas Tortas* em que aconselha: “Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas penduram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois, quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer” (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015).

do novo cemitério. (Moraes, 2012). O novo relatório informa as atividades desenvolvidas por sua gestão no ano de 1929, e, a partir da comparação entre os dois relatórios, não há diferenças marcantes em ambos.

Tratando-se da receita municipal, o prefeito demonstra toda sua capacidade de gerir as contas públicas:

No orçamento do ano passado houve supressão de várias taxas que existiam em 1928. A receita, entretanto, calculada em 68:850\$000, atingiu 96:924\$985. E não empreguei rigores excessivos. Fiz apenas isto: extingui favores largamente concedidos a pessoas que não precisavam deles e coloquei termo às extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, estragados pelos exatores. Não me resolveria, é claro, a pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, e que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais á arrecadação.

Como se sabe, as leis orçamentárias estimam as receitas que o ente público deverá arrecadar a cada ano. Se tratando de uma mera expectativa, o efetivo ingresso das receitas nem sempre se confirma. Embora também seja possível haver uma arrecadação que supere a estimativa de receita orçada, historicamente no cenário brasileiro, o mais comum tem sido exatamente o contrário, ou seja, arrecadar menos recursos financeiros que o estimado. (Carvalho, 2017). Graciliano se empenhava ao máximo para garantir a saúde financeira da prefeitura. No campo pessoal, deixou o cargo de Prefeito muito mais pobre do que quando nele ingressou:

Como se não bastassem os embates para dignificar a gestão pública, Graciliano concluiu o segundo ano de mandato enfrentando problemas com a loja Sincera. A crise de 1929 arrastava o país à bancarrota, fazendo ruir os alicerces da economia cafeeira. Em Palmeira dos Índios, as colheitas quebraram, as mercadorias sumiram das prateleiras das lojas que não tinham como repô-las, o poder aquisitivo diminuía a olhos vistos. A Sincera naufragava em dívidas. As agruras financeiras acumulavam-se na medida em que ele ganhava subsídios simbólicos como prefeito e não se locupletava com a corrupção. (...). Em questão de semanas, Graciliano liquidou o estoque para fazer caixa e vendeu a loja. Dos vinte contos de réis arrecadados, dezoito foram para pagar as dívidas. Empobreceu nos 27 meses como prefeito.

Mesmo quando Graciliano faz uso de uma linguagem cômica, ele oferece ensinamentos valiosos, como se nota em sua prestação de contas a respeito do cemitério da cidade:

Pensei em construir um novo cemitério, pois o que temos dentro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos a que me aventurei, necessários aos vivos, não me permitiram a execução de uma obra, embora útil, prorrogável. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamam.

O prefeito confirma neste segundo relatório algumas características que o marcavam, um exemplo disso é o tom de denúncia das situações com as quais não concordava. Ademais, embora não estivesse sujeito a leis tão rígidas, nem formação acadêmica ou experiência administrativa, tampouco dispusesse de apoio técnico, Graciliano não só pagou os débitos, como também findou o mandato sem deixar dívidas. Não restam dúvidas de que uma de suas principais qualidades é a austeridade no uso do erário, sua gestão merece aplausos por não ter ultrapassado os limites impostos pela legislação jurídica, e, acima de tudo, pela legislação moral.

6 A VANGUARDA DE GRACILIANO EM CONEXÃO COM O PRINCÍPIO DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Impossível esperar do pai de “Baleia e Fabiano” uma administração pública qualquer. Sua atuação como prefeito foi exemplar, pois mostrou como agir com probidade diante da máquina governista. Por estar sempre à frente do seu tempo, tanto na literatura quanto na política, adotou atuações administrativas inovadoras: estancou a corrupção, reduziu despesas e criou receitas. Graciliano discriminou em seus relatórios uma prestação de contas peculiar, mas absolutamente precisa de tudo o que fez em cada ano de sua gestão.

Muito mais que uma preciosidade literária e exemplo de cidadania, esses relatórios são pioneiros e um verdadeiro marco histórico no campo da gestão pública e da política nacional. Era a primeira vez que um gestor prestava contas do que fez à frente da máquina pública. E isso de modo detalhado, transparente e numa linguagem acessível (Carvalho, 2017).

Nepotismo ou privilégios não faziam parte da gestão de Mestre Graça. Um episódio clássico ilustra bem isso: em uma ocasião, após o pai de Graciliano deixar animais soltos nas ruas (conduta vedada pelo código de posturas), ele deixou claro que prefeito não tem pai, ao multá-lo pelo ato cometido. O senhor Sebastião Ramos foi obrigado a ouvir do filho a seguinte frase: “Prefeito não tem pai. Eu posso pagar sua multa. Mas terei de

prender seus animais toda vez que o senhor os deixar na rua”. Outra ocasião é descrita por Fábio Lins de Lessa Carvalho:

Graciliano elaborou um plano de melhoria do ensino primário que incluía exigência de diploma para as professoras e em seguida realização de concurso. E para isso teve que demitir professoras interinas que não possuíam habilitação. Com isso, Graciliano assinou ato exonerando 66 professoras, entre elas a própria irmã.

Sem necessitar de uma legislação para saber que a administração pública precisa ser impessoal, moral, legal e eficiente, Graça atuou com probidade mesmo quando a fiscalização dessa ainda era incipiente. Ele praticou, em 1928, princípios que só seriam normatizados na Constituição de 1988.

Com sentido de honestidade, moralidade e boa-fé, a probidade administrativa constitui princípio básico norteador de todos os atos emanados do administrador público. Entende-se que a probidade nada mais é do que a honradez, integridade do caráter e honestidade do indivíduo; desta forma atesta-se que a maneira como Graciliano atuava na prefeitura de Palmeira dos Índios era proba, pois, suas ações eram consoantes a tais princípios constitucionais. O exemplo do prefeito continua vivo e eficaz porque ele exercia sua função antes de tais ordenamentos jurídicos serem criados, ele manteve sua postura moral e ética na administração pública e não permitiu se corromper diante do poder que detinha em mãos.

Seu intento em ser honesto fez com que seus relatos governamentais fossem bem detalhados, por isso podem ser considerados os precursores dos atuais portais da transparência; contudo, esses portais não detêm da clareza do escritor prefeito, apesar do grande volume de informações sobre todos os poderes e níveis de governo. Vale destacar que o mesmo preferiu utilizar uma linguagem diferente da usada em relatórios para que se tornasse acessível a todos os cidadãos. Além dos portais da transparência e canais como Controladoria Geral da União (CGU) e dos estados, Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas dos estados, desde 2012 vigora em todo o país a Lei de Acesso à Informação Pública - LAI (Lei nº 12.527/2011). A LAI regulamenta o direito, previsto na Constituição Federal, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos e de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. Enquanto para a LAI, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção, para Graciliano a publicidade era regra mesmo sem previsão legal.

O uso probo da máquina pública não desapareceu do cenário da gestão brasileira, mas as práticas ímprobos nos modelos atuais, mesmo com as leis em vigor, contribuem para que o cidadão descredite que possa existir uma gestão governista moral, honesta, eficiente e ética. Por conta disso, a sociedade civil deve utilizar as ferramentas, dadas pela lei de acesso, para que o controle social seja efetivado. Estas ferramentas são: interferência no processo de realização da função administrativa do Estado; garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência na gestão da coisa pública; controle social da Administração; denúncia de irregularidades ou abuso de poder mediante representação; participação em conselhos deliberativos onde são debatidos temas de interesse geral; participação em audiências públicas; a reclamação relativa à prestação dos serviços públicos; composição do Conselho de Contribuintes; fragilidade da democracia representativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória política e literária de Graciliano Ramos nos faz ver que o itinerário entre os famosos relatórios de gestão, analisados até hoje no mundo do direito e da gestão pública, e a vida de escritor, foram repletas de adversidades, pois foram além de prestação de contas e elaboração de obras. Com a pena literária o escritor detalhou o caminho árduo percorrido entre o total desconhecimento e a sua consagração, com humor e uma boa dose de ironia entregando-nos seus dois anos de gestão. Foi possível, ao longo do nosso trabalho, retomar esses textos únicos de quem anos mais tarde nos daria clássicos como ‘Vidas Secas’ e ‘São Bernardo’.

A proximidade entre o Graciliano escritor e o político é marcada por um desejo, um impulso, uma vontade férrea, uma movimentação de corpo e alma para compreender e melhorar o homem (ele próprio e os outros) e o mundo com o auxílio da palavra — palavra que comanda (o debate político) e palavra que comove (a literatura); envolvendo-se com o mundo do possível (a política) e com o mundo dos sonhos (a poesia, em sentido amplo, de narrativa que encanta). Tudo junto e indissociável; imerso em um caldo de engenho em ebulição — engenho de coronel, que mói; e ebulição de Estado em construção, sobre escombros de oligarquias ainda resistentes. Considerando-se ainda sua extrema sensibilidade e atenção aos problemas sociais, comprovada pela obra literária. Certamente decidia e agia como governante e gestor interessado em melhorar

a vida das pessoas ao seu redor. Evidentemente, deve-se concluir daí, tratar-se de um anjo puro, que baixou em Palmeira dos Índios e de lá alçou voo para as metrópoles.

Na esfera política, pode-se verificar que a sequência infundável de escândalos de corrupção, testemunhada pela sociedade diariamente no noticiário, emprega nos tempos atuais a impressão de que a corrupção se generalizou, forçando uma visão de que um modelo “Gracilianista” de administração pública é cada vez mais distante. A incredulidade é alimentada pelos números, sejam eles cifras – dos saques aos cofres públicos – ou de servidores e gestores presos, investigados, ou que unicamente não cumprem seus deveres com a transparência e idoneidade de um Graciliano.

Em terras “gracilianas”, a corrupção tem suas próprias histórias. As históricas operações contra essa ação antijurídica, como a ‘Gabiru’ (de maio de 2005) e ‘Taturana’ (de dezembro de 2007) ilustram bem que a maioria dos agentes públicos não assimilaram as lições de Mestre Graça. A primeira desarticulou esquema de desvio de recursos da merenda escolar em várias prefeituras de Alagoas. Já os “Taturanas” surrupiam dinheiro por meio da folha de pagamento da Assembleia Legislativa de Alagoas.¹⁴

Por fim, enfatizar o direito, em especial o administrativo e sua íntima relação com a literatura, lembra o artigo de Robert Louis Stevenson, de crítica literária, intitulado “Web, texture and the juggling of orange” - “Teia, textura e malabarismo com laranjas” - , em que defende-se a necessidade da arte literária obedecer a padrões, a estruturas amarradas com nós bem firmes, embora o texto deva também ter leveza e movimento, como se o autor brincasse de “jogar laranjas para o alto, dançando com graça inimitável”.

Equilibrar-se entre precisão e leveza, razão e sensibilidade, parece ser o desafio maior da literatura e do direito. Se pensarmos no romance, constatamos que ele pode ser visto como uma recusa de reduzir o domínio da ação humana à sede de explicação pela razão. “O espírito do romance é o espírito da complexidade. Cada romance diz ao leitor: as coisas são mais complicadas do que você pensa.” E o espírito que anima o direito aqui posto é o do legado de Graciliano com o uso probo e honesto da máquina pública com o progresso do controle social.

¹⁴ Inúmeras são as notícias sobre corrupção no Estado de Alagoas, de forma que os casos repercutem na esfera nacional desde os tempos do início da República e ainda taxado como o “estado da corrupção”.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. Graciliano e a administração pública: comentários aos seus relatórios de gestão à luz do direito administrativo moderno. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zannella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2002.
- FERREIRA, Cosme Rogério. Habitus, campo, mercado editorial: a construção do prestígio da obra de Graciliano Ramos. Maceió: Edufal, 2015.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MORAES, Dênis de. O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RAMOS, Graciliano. Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos. Organização Thiago Mia Salla. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 111).
- RAMOS, Graciliano. Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.
- RAMOS, Graciliano. Videntes das Alagoas. São Paulo: Record, 1984.
- RAMOS, Ricardo. Graciliano: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.
- RODRIGUES, Marco Antônio. Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 2015
- STRECK, Lênio Luis. Direito e Literatura: da realidade da ficção à ficção da realidade. Editora Atlas, 2013.
- WARAT, Luis Alberto. O direito e sua linguagem. Porto Alegre: Safe, 1995.1